


COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 73 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL



— Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros: -----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Vereador	José Alberto Nunes e Lopes Tavares
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Presidente	José Fernando Carneiro Pereira
Mangualde	20.330	Vice-Presidente	Joaquim Manuel Patrício Ferreira
Nelas	13.861	Vice-Presidente	Sofia Relvas Marques
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Vice-Presidente	Carla Isabel Silva Cunha
São Pedro do Sul	17.274	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Vereadora	Fátima Carla Dias Antunes
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

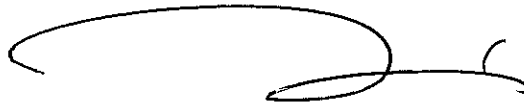
— A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

— 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 02/05/2017; -----

— 2 - Análise, discussão e votação da proposta de representação permanente das Comunidades Intermunicipais da Região Centro em Bruxelas, de acordo com a Informação de Serviço n.º 196/2017, de 15 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; --

— 3 - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao protocolo de colaboração, a estabelecer entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da candidatura "Rede Cultural Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço n.º 204/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

— 4 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para a realização do espetáculo "O pequeno polegar"", de acordo com a Informação de Serviço n.º 205/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----



— 5 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do “Cinema de Verão – Sessões ao ar livre””, de acordo com a Informação de Serviço n.º 206/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

— 6 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do espetáculo “Campanologias Beirãs”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 207/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

— 7 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 209/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

— 8 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a celebração de “Acordo quadro de serviços de manutenção de elevadores”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 199/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

— 9 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a criação e implementação de uma Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal” (AD_10/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 211/2017, de 23 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

— 10 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do projeto de execução da Ecopista do Vouga” (AD_11/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 201/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

— 11 - Análise, discussão e votação dos erros e omissões do procedimento concursal para a celebração de “Acordo quadro para o fornecimento de combustíveis” (AQ_CPI_03/2017), de acordo com a Informação de serviço n.º 202/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

- 12 - Análise, discussão e votação da 4ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 13 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de conceção da ligação da EN 329-1 a Germil”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 210/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 14 - Análise, discussão e votação da proposta de constituição de um Conselho Consultivo da Revista Beira Alta, de acordo com a Informação de Serviço n.º 198/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 15 - Análise, discussão e votação do Relatório de Discussão Pública do PIMT bem como a aprovação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 200/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 16 - Análise, discussão e votação do Relatório Final da fase de qualificação do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo Quadro para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança – (AQ_CLPQ_01/2017)”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 17 - Análise, discussão e votação da proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do apoio à implementação e acompanhamento de diversos projetos da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Portugal 2020”(AD_15/2016), de acordo com a Informação de Serviço n.º 214/2017, de 24 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 18 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para desenvolvimento da conceção gráfica e arte finais para os suportes de Sinalização e Divulgação da Rede de Percursos de Natureza de Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 226/2017, de 30 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 19 - Análise, discussão e votação do pedido de adesão à Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 224/2017, de 29 de maio, nos termos dos nº 3 e 4 do Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

---- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

---- O Senhor Presidente, do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- Continuou a sua intervenção, informando, que havia a necessidade de ser convocado um Conselho Intermunicipal extraordinário, durante o mês de junho, pelo que se nenhum dos presentes tivesse nada a opor o mesmo se iria realizar no dia 22 de junho, pelas 15 horas, na sede da CIM Viseu Dão Lafões. Não se tendo verificado qualquer manifestação de oposição á data proposta foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

---- Informou, também, o Conselho Intermunicipal, o Senhor Presidente do Conselho, que no dia 19 de junho se iria realizar um seminário, em Carregal do Sal, subordinado á temática da Pinha e do Pinhão e a respetiva valorização económica, pelo que estavam, desde já, todos os presentes convidados para o mesmo.-----

---- Concluiu a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informando, que a final do concurso de ideias de negócio “Wanted Business Ideas” se iria realizar no dia 7 de julho, pelas 14 horas, na cidade de Viseu.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, agradecendo a todos os Senhores Presidentes pela colaboração dada no âmbito do projeto das Escolas Empreendedoras, cuja final intermunicipal se tinha realizado, com grande sucesso, no passado dia 26 de maio, na Aula Magna do IPV.-----

---- Ainda no âmbito do empreendedorismo, o Senhor Secretário Executivo informou que a Feira do Empreendedorismo Júnior e o evento “No palco com o Gaspar”, relativo ao Município de Viseu e que tinham tido lugar no dia 27 de maio, também, tinham sido um sucesso e decorrido de forma alegre e participada por parte de todos os alunos presentes. -

---- Referiu, ainda, que tal como o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal já tinha referido, a final do WBI iria realizar-se no dia 7 de julho, sendo que o júri do concurso tinha estado reunido na CIM na manhã deste mesmo dia, a avaliar as candidaturas apresentadas e a selecionar as que iriam participar no Bootcamp e conseqüentemente na final.-----

— Concluiu este tema, o Dr. Nuno Martinho, informando, o Conselho Intermunicipal, que se encontravam a decorrer os momentos municipais do projeto “No palco com o Gaspar”, sendo que as datas tinham sido agendadas em articulação com os municípios e as escolas, de forma a que fossem momentos de partilha e o culminar de um ano de trabalho por parte dos alunos.-----



---- Continuou a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, referindo, ser urgente o envio para a CIM dos Despachos dos Senhores Presidentes, no âmbito do agrupamento de entidades adjudicantes celebrado no Conselho Intermunicipal com vista á aquisição de equipamentos para o projeto de gestão de vias, uma vez que enquanto não estivessem feitos todos os despachos o procedimento estaria parado. -----

— O Senhor Secretário Executivo, informou, também, o Conselho Intermunicipal, que já se tinha concluído o périplo realizado pela CIM Viseu Dão Lafões e as ADL’s, para promoverem sessões de esclarecimento sobre o SI2E, sendo que, até ao momento, já tinham chegado um conjunto significativo de questões, que estavam a ser respondidas de forma articulada com as ADL’s, para que não houvesse interpretações diversas sobre essas questões, sendo que algumas das questões colocadas estavam a ser apresentadas ao Centro 2020 e á AdC, para se perceber qual era o seu entendimento técnico sobre as mesmas. -----

---- Continuou a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, informando o Conselho Intermunicipal que se tinha realizado no Algarve um encontro de Comunidades Intermunicipais e de Áreas Metropolitanas, enquanto Autoridades de Transportes com o objetivo de se trocarem experiências e perspetivarem eventuais soluções que a legislação em vigor está a colocar a estas entidades. -----

— Ainda na área do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, o Dr. Nuno Martinho, informou os presentes, que se tinha realizado, no passado dia 16 de maio, uma reunião de trabalho entre a equipa da CIM e os municípios com vista á realização de um ponto de situação sobre os trabalhos desenvolvidos por cada uma das entidades presentes, quais as dificuldades que estavam a sentir e a forma como as mesmas poderiam ser ultrapassadas, nomeadamente quanto á informação a disponibilizar pelos municípios.-

— Concluiu este tema, o Dr. Nuno Martinho, informando, que já tinha sido remetido ao Município de Viseu a proposta de contrato Interadministrativo a celebrar entre as partes e que o IMT já tinha publicado todos os contratos, celebrados neste âmbito pela CIM Viseu Dão Lafões. -----



— Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando, que no âmbito do projeto Programação Cultural em Rede se tinha realizado uma reunião de trabalho entre a CIM, os agentes culturais e os 7 municípios por onde se iria iniciar o projeto, sendo que o mesmo iria ter o seu arranque em Mangualde, no dia 1 de julho, com o espetáculo “O pequeno polegar”.

— No âmbito do projeto gestão de vias, o Dr. Nuno Martinho realizou um ponto de situação sobre o mesmo, sendo que se tinham realizado reuniões individuais com os municípios, tendo voltado a esclarecer o que é que se pretendia com a informação solicitada e se tinham feito sentir, a estes, da urgência no envio da informação solicitada, cujo prazo tinha expirado a 30 de abril, pelo que urgia concluir o mesmo, tendo, para o efeito, solicitado a intervenção dos Senhores Presidentes junto dos respetivos técnicos.

— Prosseguiu a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, agradecendo, a todos os Senhores Presidentes pela disponibilidade demonstrada aquando da realização do seminário inserido no projeto “Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas Viseu Dão Lafões”, que sendo um seminário dirigido a um público muito específico a adesão tinha sido muito significativa, quer por parte das equipas municipais quer por parte dos diversos “stakeholders” do projeto.

— Relativamente ao projeto “Plataforma Intermunicipal de Emergência e Proteção Civil, o Senhor Secretário Executivo, informou os presentes que a CIM Viseu Dão Lafões iria realizar uma reunião de trabalho com as equipas municipais, o oficial de ligação da GNR para a área da proteção civil na área da CIM e com os CODIS de Viseu e da Guarda, onde iria ser apresentada a proposta base de funcionamento da plataforma.

— Continuou a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, referindo, que no âmbito do projeto Ecopista do Vouga, a CIM iria, também, realizar uma reunião no dia 12 de junho, entre a equipa projetista e os municípios atravessados pela infraestrutura, com o intuito de ser balizada a intervenção a realizar, quer em termos de soluções técnicas quer em termos de teto financeiro para a mesma.

— O Senhor Secretário Executivo prosseguiu a sua intervenção, referindo, que no âmbito do projeto de modernização administrativa e no seguimento de diversas solicitações dos municípios se tinham realizado reuniões de trabalho, com os municípios, com vista á implementação da plataforma de educação, por forma a que os municípios tivessem a mesma em funcionamento no início do ano letivo.

----- Concluiu a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, referindo, que no âmbito do seminário “Valorização Económica da Pinha e do Pinhão que se iria realizar, como referido pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, no Município de Carregal do Sal, a sessão de abertura seria presidida pela Senhora Presidente da CCDR do Centro, Prof. Ana Abrunhosa e que a sessão de encerramento seria presidida pela Senhora Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, Prof. Helena Freitas. -----

----- Período da Ordem do Dia. -----

----- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 02/05/2017 – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 02/05/2017. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de representação permanente das Comunidades Intermunicipais da Região Centro em Bruxelas, de acordo com a Informação de Serviço n.º 196/2017, de 15 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 196/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de representação permanente das Comunidades Intermunicipais da Região Centro em Bruxelas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao protocolo de colaboração, a estabelecer entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da candidatura “Rede Cultural Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 204/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 204/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----



— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que, neste âmbito, explicou que a presente adenda ao Protocolo de Colaboração visava garantir o cabimento orçamental e conseqüente compromisso aos municípios que tinham decidido avançar, numa 1ª fase, ainda sem financiamento comunitário, como eram os casos de Aguiar da Beira, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva e Vouzela e que, deste modo, inclusivamente, já se tinha realizado uma reunião de trabalho para se definirem as datas e locais de realização dos diversos espetáculos, em cada um dos referidos municípios.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de adenda ao protocolo de colaboração, a estabelecer entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da candidatura “Rede Cultural Viseu Dão Lafões”.-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do espetáculo “O pequeno polegar””, de acordo com a Informação de Serviço n.º 205/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 205/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do espetáculo “O pequeno polegar””.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do “Cinema de Verão – Sessões ao ar livre””, de acordo com a Informação de Serviço n.º 206/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 206/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para a realização do "Cinema de Verão – Sessões ao ar livre"".-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

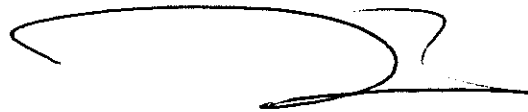
--- Quanto ao **ponto sexto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para a realização do espetáculo "Campanologias Beirãs", de acordo com a Informação de Serviço n.º 207/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 207/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para a realização do espetáculo "Campanologias Beirãs".-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Quanto ao **ponto sétimo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego", de acordo com a Informação de Serviço n.º 209/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 209/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego".-----



----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quando ao **ponto oitavo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a celebração de “Acordo quadro de serviços de manutenção de elevadores”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 199/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 199/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a celebração de “Acordo quadro de serviços de manutenção de elevadores”. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **ponto nono da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a criação e implementação de uma Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal” (AD_10/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 211/2017, de 23 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 211/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a criação e implementação de uma Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal” (AD_10/2017) e adjudicar o referido contrato de prestação de serviços à concorrente Spacelayer Technologies, nos termos da sua proposta, pelo valor de €60.894,00 (sessenta mil, oitocentos e noventa e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **ponto décimo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do projeto de execução da Ecopista do Vouga” (AD_11/2017), de acordo com a Informação de Serviço n.º 201/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 201/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a realização do projeto de execução da Ecopista do Vouga” (AD_11/2017) e adjudicar o referido contrato de prestação de serviços à concorrente Focus Group II – Design & Consultancy, Lda., nos termos da sua proposta, pelo valor de €19.000,00 (dezanove mil euros), acrescido de IVA à taxa legal. -----

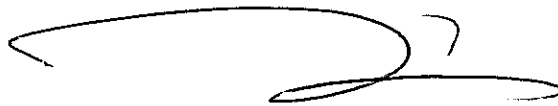
— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **ponto décimo primeiro da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação dos erros e omissões do procedimento concursal para a celebração de “Acordo quadro para o fornecimento de combustíveis” (AQ_CPI_03/2017), de acordo com a Informação de serviço n.º 202/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 202/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta apresentada pelo Júri relativa à análise aos erros e omissões apresentados no âmbito do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo quadro para o fornecimento de combustíveis”. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **ponto décimo segundo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 4ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro



- o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na 4ª proposta de alteração orçamental, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a 4ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017.-----.

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **ponto décimo terceiro da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de conceção da ligação da EN 329-1 a Germil”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 210/2017, de 22 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 210/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de conceção da ligação da EN 329-1 a Germil”.-----.

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **ponto décimo quarto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de constituição de um Conselho Consultivo da Revista Beira Alta, de acordo com a Informação de Serviço n.º 198/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 198/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de constituição de um Conselho Consultivo da Revista Beira Alta.-----.

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **ponto décimo quinto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do Relatório de Discussão Pública do PIMT bem como a aprovação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º

200/2017, de 16 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 202/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o Relatório de Discussão Pública do PIMT bem como o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Viseu Dão Lafões.-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **ponto décimo sexto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do Relatório Final da fase de qualificação do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo Quadro para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança – (AQ_CLPQ_01/2017)”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado no Relatório Final da fase de qualificação do procedimento concursal, explicou, sucintamente, o teor do mesmo.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o Relatório Final da fase de qualificação do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo Quadro para Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança – (AQ_CLPQ_01/2017)”.-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **ponto décimo sétimo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do apoio à implementação e acompanhamento de diversos projetos da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Portugal 2020”(AD_15/2016), de acordo com a Informação de Serviço n.º 214/2017, de 24 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 214/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de renovação do contrato de “Aquisição de serviços no âmbito do apoio à



implementação e acompanhamento de diversos projetos da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito do Portugal 2020”(AD_15/2016).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **ponto décimo oitavo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para desenvolvimento da conceção gráfica e arte finais para os suportes de Sinalização e Divulgação da Rede de Percursos de Natureza de Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 226/2017, de 30 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 226/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para desenvolvimento da conceção gráfica e arte finais para os suportes de Sinalização e Divulgação da Rede de Percursos de Natureza de Viseu Dão Lafões”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **ponto décimo nono da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do pedido de adesão à Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 224/2017, de 29 de maio, nos termos dos nº 3 e 4 do Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 224/2017, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 250.263 eleitores, aprovar o pedido de adesão à Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões, não tendo participado na mesma o Senhor Vice-Presidente do Município de Mangualde, por fazer parte dos órgãos sociais da instituição.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. ---

Jose' margulo
José Carlos Oliveira Almeida